

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE VIANA –
COMSEAVI.**

Aos treze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis, às **14:00** horas, nas dependências do Centro municipal dos Conselhos, localizada no centro do município de Viana, reuniu-se em caráter ordinário o **Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Viana (COMSEAVI)**. Estiveram presentes os seguintes conselheiros: Dafyne Jesus Matos Maduro (**SEMTAS**), Renata Santana e Albino Siqueira (**AVK**), Max Giovanni Lodi (**IMCAPER**), Valério Francisco Frechiani (**CORAÇÃO ABERTO**), Alessandra A. Amorim (**DORCAS**) Silvana Arruda (**FEMOPOVI**), Josué Spinola Conti (**AVIAPIS**) Elias Ferreira e Swami Vivekananda Dutra (**AMAR**), Vanderlei Soares (**ACEERAN VANKATE**), Juliany Caçandre Carneiro (**SEMAG**). Justificaram ausência: Raquel Martins Queiroz Freitas e Quezia B. Correia Pires (**SEMED**), Marcina Lima dos Santos (**AMARP**), Patrícia de Almeida Matos (**AMO VIANA**), João Carlos Faria (**Sindicato dos Trabalhadores Rurais**).

Foram discutidos os seguintes pontos de pauta: Entregas do CDA, Entregas do PAA Brasil, Visitas de fiscalização, Regimento, Banco de alimentos, Nova nota fiscal NFF e Informes gerais.

A reunião teve início com agradecimentos e votos de feliz ano novo, ressaltando a expectativa de avanços nas pautas. Dafyne informou sobre a primeira entrega do CDA, composta por panetones, biscoitos e cesta verde, e explicou que a segunda entrega ainda não foi agendada devido a pendências do ciclo anterior, especialmente a falta de registro das doações no sistema, o que impede nova liberação pela SETADS. Também foram relatados problemas na emissão de notas fiscais de produtos classificados como agroindústria, como biscoitos, pães e bolos, que passaram a gerar cobrança de impostos, podendo recair sobre os agricultores e inviabilizar a comercialização. Apesar do apoio técnico, ainda não há definição clara de como lançar esses produtos no sistema sem gerar tributação, sendo sugerida a consulta a um contador para esclarecer as mudanças tributárias ocorridas com a virada do ano. Em seguida, discutiu-se o PAA Brasil, que passará a operar por meio de cartão, sendo necessária uma reunião futura com as dez entidades participantes para organizar o controle das doações e o fluxo de informações. Também foi mencionada a retomada das visitas de fiscalização, ainda sem data definida, considerando que janeiro, março ou abril são os meses mais viáveis. Destacou-se a importância dessas visitas diante de denúncias recorrentes de entrega de produtos que não são produzidos pelos próprios agricultores, prática que fragiliza o programa. Foi apontada a ausência de um documento formal que respalde punições, levando à proposta de criação de regras claras, prevendo notificação e corte do produto na primeira ocorrência e suspensão do agricultor em caso de reincidência, com substituição por suplente.




Apoio
Silvana

Ressaltou-se, contudo, a necessidade de embasar tais medidas na legislação federal e nas normativas do PAA, garantindo segurança jurídica ao conselho. Debateu-se também a dificuldade de produção de alguns alimentos em determinados períodos, o que pode levar agricultores a comprar produtos de terceiros para complementar as entregas, atraídos pelos valores pagos pelo CDA e CTA. Reforçou-se, porém, que os recursos são públicos, há garantia de venda e limites anuais definidos, o que exige que a produção seja própria. Defendeu-se a realização de encontros periódicos com os agricultores para orientar sobre normas, dificuldades, consequências de irregularidades e fortalecer o vínculo com o programa, reconhecendo-se, contudo, a baixa adesão observada em experiências anteriores. Destacou-se que as visitas de fiscalização já incluem orientação técnica e verificação in loco das áreas de produção, e que os problemas envolvem apenas casos pontuais de má-fé, que prejudicam os demais agricultores. Foram discutidos ainda mecanismos de conscientização e controle, como cartilhas informativas, regras mais claras nos contratos, sistemas de pontuação vinculados à participação em capacitações e maior formalização das denúncias, que devem ser feitas oficialmente ao conselho. Apontou-se a sobrecarga da equipe técnica para apoiar agricultores em questões como nota fiscal e uso de sistemas digitais, agravada pela falta de comprometimento de alguns produtores. Reforçou-se a necessidade de estudar e interpretar a legislação do PAA, do CDA e da agricultura familiar, especialmente quanto a pagamentos, obrigações e punições, para evitar omissões e garantir respaldo legal ao conselho. Também foi sugerido que capacitações ocorram em horários noturnos e nas comunidades, para ampliar a participação. Encaminhou-se que a comissão de fiscalização reavaliará seus procedimentos, analisará os contratos para identificar lacunas quanto a suspensão ou perda do vínculo e aprofundará os critérios de cadastramento, evitando que pessoas sem produção real se beneficiem dos programas. Discutiu-se ainda o processo eleitoral do conselho, previsto para setembro ou outubro, destacando a necessidade de organização prévia do edital, comissão eleitoral e documentação. Na análise do regimento interno, foram identificadas inconsistências quanto ao número de conselheiros, à composição da mesa diretora e às competências da presidência, reforçando-se que o regimento pode ser alterado com mais agilidade que a lei, atualmente em revisão para correções e atualização. Também foi debatida a questão da recondução de mandatos e se a representação no conselho deve vincular-se à pessoa física ou à entidade, com tendência de que a cadeira pertença à entidade. Foi esclarecido que não há obrigatoriedade legal de alternância da presidência entre poder público e sociedade civil, desde que isso esteja claramente previsto em lei. Nos informes gerais, foi mencionada a retomada das discussões sobre o banco de alimentos, com articulações junto ao secretário e ao prefeito para definir o formato de implantação, ficando o tema para posterior retorno ao conselho. Por fim, foi relatado um grave episódio de desrespeito e constrangimento sofrido por Renata durante um evento, envolvendo ofensas, ameaças, exposição pública e discriminação relacionada à sua condição de pessoa com deficiência, o que resultou em crise de ansiedade e registro de boletim de ocorrência. O conselho manifestou solidariedade e apoio, ressaltando a gravidade das violações, a necessidade de respeito à dignidade e à integridade dos conselheiros e o compromisso de encaminhar o caso aos órgãos competentes para responsabilização, enfatizando que a medida busca justiça e respeito, diante do profundo abalo emocional causado pelo ocorrido. Nada mais havendo a tratar, Eu, Vanessa





Bueno Coordenadora técnica do Centro Municipal dos Conselhos , lavrei a presente ata, que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos demais presentes.


Valério Francisco Frechiani

Presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Viana - COMSEAVI- 2024-2026.


Vanessa Bueno Schroeder

Coordenadora Técnica do Centro Municipal dos Conselhos















LISTA DE PRESENÇA

Data: 13/01/2025	Hora: 14:00	Local: Centro Municipal dos Conselhos Assinatura
Conselheiros	Representatividade	Assinatura
Titular: Laércio André Nochang	FEMOPOVI	
Suplente: Silvana Arruda da Silva	FEMOPOVI	OK Silvana da Silva
Titular: Josué Spinola Conti	AVIAPIS	Josue Conti
Suplente: Maurilio Brandão	AVIAPIS	
Titular: Elias Ferreira Nunes	AMAR	OK Elias
Suplente: Swami Vivekananda Dutra	AMAR	Swami
Titular: Altair Marcos de Oliveira	AMARP	
Suplente: Marcina Lima dos Santos	AMARP	Justificado
Titular: Valerio Francisco Frechiani	CORAÇÃO ABERTO	Valerio Frechiani
Suplente: José Carlos Pereira Cunha	CORAÇÃO ABERTO	
Titular: Evandro Luciano de Oliveira	DORCAS	
Suplente: Alessandra Aparecida de Amorim	DORCAS	Alessandra Amorim
Titular: Patricia de Almeida Matos	AMO VIANA	Justificado
Suplente: Valdiane Rodrigues dos Santos	AMO VIANA	
Titular: João Carlos Faria	SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS	Justificado
Suplente: Jucileia Lima de Almeida Cavatti	SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS	
Titular: Vanderlei Soares da Silva	ACEERAN VANKATE	Vanderlei Soares da Silva
Suplente: Dienne Borges da Silva	ACEERAN VANKATE	
Titular: Renata Santana de Souza	AVK	OK Renata